

## Ética, consciência e compromisso em pesquisa biomédica

Fernando Portela Câmara

**Resumo:** Discute-se, neste trabalho, a relação entre interesse pessoal e pesquisa médica. A participação de pesquisadores em pesquisas que posteriormente reverterão em investimento de mercado, via novos produtos farmacêuticos e procedimentos, tem chamado a atenção para a neutralidade dessas pesquisas. A participação de pesquisadores nos lucros e ações das empresas, bem como seu financiamento pelas mesmas para usar a credibilidade do pesquisador no *marketing* científico, preocupam as revistas científicas, a comunidade acadêmica e o público esclarecido sobre a validade dos resultados apresentados e a confiabilidade dos produtos lançados. A forma como essa neutralidade deve ser preservada sem os vieses inevitáveis do interesse é uma questão ética ainda não devidamente examinada pelos conselhos da classe.

**Palavras-chave:** Ética. Conflito de interesse. Pesquisa médica.



**Fernando Portela Câmara**  
MD, PhD, psiquiatra e  
coordenador do Departamento  
de Informática Psiquiátrica  
(2004-2007) da Associação  
Brasileira de Psiquiatria

Dante, em *O inferno*, ensina que as virtudes não nascem com o homem e, por isso, devem ser conquistadas. Elas vêm *de fora*, adquiridas pela força da experiência e da reflexão aliadas à vontade de trabalho e à sociedade. É natural e inato ao gênero humano prevaricar, acovardar-se, enganar, mentir, matar, furtar... Estratégias evolutivas para sobrevivência dos mais aptos, em um ambiente hostil e limitado, as quais, no ser humano, não se dão apenas pela força bruta, mas também pela astúcia, inteligência e habilidade, que trouxeram nossa frágil espécie até aqui.

Se os seres humanos nascem brutos, também são capazes de sentir, compreender e ter compaixão, criar civilizações e esforçarem-se rumo ao progresso. É na tentativa de superar o individualismo, que gravita em torno do egocentrismo infantil, a favor da necessidade do grupo, que nasce a ética. A ética não decorre, portanto, do determinismo sociobiológico e, por conseguinte, necessita vontade para ser exercida e consenso para ser aplicada.

No exercício da profissão o médico desempenha atividades que se dirigem ao benefício do outro como finalidade incondi-

cional, buscando garantir-lhe a saúde na mais ampla definição. Não se trata de ação idealista ou individualista, mas ação solidária que, partindo do profissional, converge o propósito da profissão num ato singular que a faz existir: o tratamento do doente. Este ato define a profissão, cuja validade é legitimada pelas práticas adotadas pela classe e aprovação do paciente a tais condutas.

Mas essa validação, que se baseia na aplicação das técnicas da medicina, é ao mesmo tempo ética pois se dirige não somente ao doente como à sociedade em geral, estabelecendo procedimentos confiáveis, baseados na pesquisa, na experiência acumulada, na observação, na conduta e no consenso. Esta ética irá garantir a segurança e o bem-estar do paciente e seus responsáveis, refutando o individualismo aventureiro (freqüentemente movido por interesse pessoal) pelo consenso da classe, que se move por interesse comum e solidário.

Vivemos uma época em que o consumo de medicamentos é significativo e formidável fonte de lucros para a indústria farmacêutica. Boa parte deles, hoje prescritos por psiquiatras, vêm sendo cada vez mais freqüentemente demandados desde que a glamorização do Prozac ganhou a mídia e popularizou a depressão como um *mal da sociedade Ocidental moderna*.

Os medicamentos utilizados pela atual medicina vêm da indústria e ganham o mercado por intermédio de médicos pesquisadores que os validam para a classe. A indústria, no mais das vezes, segue um protocolo cientificamente

aceito, financia laboratórios de pesquisa (parte deles nas universidades) e remunera os pesquisadores encarregados de testar os novos medicamentos, analisando os resultados antes de colocá-los no mercado. A indústria condiciona o planejamento ao retorno do investimento no mercado, estando sujeita às leis reguladoras e à ação civil pública. O pesquisador, contudo, não está sujeito a tais rigores, gozando da liberdade acadêmica de comunicar e publicar seus resultados de pesquisa à comunidade acadêmica e ao público em geral. Mas pode, entretanto, ter interesses particulares numa parceria com a indústria visando rendimentos econômicos pessoais – e a própria indústria acena para essa possibilidade, abrindo caminho para uma controvérsia que recentemente tomou considerável espaço na mídia e provocou a ação de grupos organizados.

Trata-se da confiabilidade de resultados envolvendo pesquisas biomédicas e conflito de interesse quando os autores têm participação nos lucros da empresa que financia sua pesquisa. A linha divisória entre a neutralidade acadêmica e o interesse econômico torna-se objeto de discussão. Em 1977, um jornalista questionou o editor-chefe do *The New England Journal of Medicine* sobre um artigo que estava para ser publicado no mês seguinte, onde se discutia o aparecimento de sérios efeitos colaterais (queda da testosterona e do espermograma) com o uso de bem conhecido gastroinibidor da secreção ácida. O repórter queria saber porque os analistas de Wall Street tinham adquirido cópias desse trabalho muito antes dele ser publicado – por conta disso, os estoques da companhia que fabricava o remédio esgotaram-se.

Preocupado com as implicações financeiras da pesquisa médica, o editor passou a obrigar os autores a especificarem em seus artigos se recebiam ou não fundos da indústria, deixando ao leitor o julgamento se havia ou não conflito de interesse na pesquisa<sup>1</sup>. Raciocinou que era impossível dizer se o pesquisador havia fechado um olho para os resultados negativos ou se manipulava suas conclusões a favor do seu patrocinador<sup>1</sup>. Portanto, o julgamento deveria ser de ordem ética: a partir da informação o leitor questionaria a relevância da pesquisa considerando o envolvimento do autor com a indústria. A revista apenas teria a etiqueta de informar o leitor sobre o interesse do autor.

Essa questão suscitou grande polêmica iniciada nos anos 90, com o significativo aumento na demanda de medicamentos psiquiátricos em paralelo aos astronômicos lucros das indústrias fabricantes dos mesmos. Há alguns anos o jornal *The Washington Monthly* publicou extensa matéria sobre o assunto, assinada pelo jornalista Shannon Brownlee<sup>1</sup>. O pivô da matéria foi a polêmica sobre um artigo de revisão publicado na prestigiada revista *Nature Neuroscience* por dois autores<sup>2</sup>, dos quais o principal autor era pesquisador médico muito conhecido pela comunidade científica e profissional.

Neste artigo, os dois pesquisadores revisaram 24 tipos de tratamento experimental em psiquiatria e concluíram que somente três eram cientificamente promissores. Diante de tal conclusão dois outros pesquisadores, Bernard J. Carroll e Robert T. Rudin, conhecendo o envolvimento do pesquisador aludido com a indústria farmacêutica patrocinadora dos

experimentos *promissores* (para os quais, inclusive, detinha vultosa participação nos lucros), denunciaram conflito de interesse naquele trabalho em carta enviada à revista, não publicada no devido tempo. Como conseqüência, redirecionaram a carta ao *New York Times* e o efeito foi um escândalo de grandes proporções<sup>3</sup>, pressionando o editor da *Nature Neuroscience* a publicar a carta de Carroll e Rudin<sup>4</sup> e o direito de resposta dos pesquisadores mencionados<sup>5</sup>, além de editorial no qual anuncia que a revista passaria, agora, a adotar a etiqueta de informar aos leitores se os autores nela publicados tinham alguma forma de envolvimento com a empresa patrocinadora de suas pesquisas<sup>6</sup>. Curiosamente, no mesmo número foi lançada uma revisão do livro de Sheldon Krimsky<sup>7, 8</sup>, que questiona a ética da pesquisa de medicamentos quando realizada por pesquisadores envolvidos economicamente com a indústria patrocinadora.

Em sua defesa, o pesquisador acusado justificou-se jogando a responsabilidade sobre o corpo editorial da *Nature Neuroscience*, argumentando que tal questão era da competência da política editorial da revista, e não de sua bem-sucedida relação com a indústria privada<sup>5</sup>. Ou seja, para ele cabia à revista decidir se havia conflito de interesses no artigo antes de aceitá-lo para publicação. Em nenhum momento fez um julgamento de consciência do seu ato, parecendo estar orientado apenas pelo interesse, o qual, supostamente, seria motivado por extraordinário lucro. Contudo, é o próprio pesquisador ou coordenador de pesquisa quem deve decidir a moralidade de seu ato ao validar um medicamento para a classe médica.

Embora os dados de um experimento bem conduzido falem por si, se o interesse do pesquisador associado à indústria entra em conflito com os resultados obtidos em sua pesquisa, há a possibilidade de que os manipule para chegar aonde deseja. Nesse sentido, nem mesmo um comitê de especialistas, avaliando se há ou não interferência de conflito de interesses no artigo, poderá detectar uma fraude, pois apesar de os dados obtidos em uma pesquisa bem planejada serem imparciais, o pesquisador pode não sê-lo. Assim, é fato que nenhuma revista pode obrigar um autor a dizer toda a verdade e, menos ainda, questionar seus resultados supondo-os manipulados *a priori* em função de possível suposto conflito de interesses.

Examinemos agora um fato que parece poucas vezes considerado, mas que tem papel preponderante no julgamento sobre a legitimidade de uma pesquisa. Sempre que uma revista de prestígio publica um trabalho que afirma ser determinado medicamento eficaz e mais seguro no tratamento de uma doença específica, empresta seu prestígio científico ao mesmo. Independentemente da competência dos autores, o nome da revista pesará significativamente na avaliação da classe médica, ou seja, será principalmente o nível da revista (ou o seu impacto) que irá validar os resultados para o médico, autorizando-o a prescrever o novo medicamento. Também os editores, ao aceitar um manuscrito, estão empenhando o prestígio que gozam perante a classe médica.

Há mais de duas décadas discute-se se a parceria entre pesquisadores acadêmicos de

prestígio e a indústria corrompe a neutralidade da pesquisa<sup>1,3,7</sup>, e se tal parceria usaria o prestígio das revistas científicas para forçar a aceitação dos resultados de tais pesquisas. Brownlee<sup>1</sup> considera que nestes 20 anos *a pesquisa médica tem sido silenciosamente corrompida pelo dinheiro da indústria privada*. No mesmo trabalho afirma que *companhias rotineiramente retardam ou impedem a publicação de dados que mostram que suas drogas são ineficientes*, e conclui com a seguinte afirmação: *a maioria dos estudos, que mostram que antidepressivos populares tais como o Prozac e o Zoloft não são melhores, por exemplo, que o placebo, nunca foram impressos nas revistas médicas, [fato] que somente agora está vindo à luz desde que a Food and Drug Administration voltou a examinar novamente estas drogas*<sup>1</sup>. Cita ainda o vice-editor do *The Journal of the American Medical Association* (JAMA), Drummond Rennie, que teria dito que *a medicina está se tornando espécie de 'terra do faz-de-conta' [a sort of cloud cuckoo land], onde os médicos não sabem em que artigos [papers] devem confiar e o público não sabe em que acreditar*<sup>1</sup>.

Este conflito começou a atrair o interesse do público quando a parceria entre universidade e indústria privada foi celebrada por um ato do governo norte-americano: o Bayh-Dole Act, em 1980. O custo do financiamento das pesquisas com medicamentos era demasiado elevado para o governo e a parceria com a indústria foi vista como solução para incrementar as pesquisas no setor, que poderia trazer uma revolução farmacológica

na medicina. Em 1984, as companhias privadas contribuíram com U\$ 26 milhões de fundo para pesquisa de novas drogas – em 2000, este fundo somava U\$ 2,3 bilhões: um aumento de 9.000% nos investimentos. Os salários subvencionados pela indústria aos pesquisadores subiram às alturas e uma simples consulta técnica passou a custar U\$ 1,000.

Para se ter uma idéia deste imenso capital, 31% das faculdades de ciências e engenharia do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e 20% do quadro da Escola de Medicina de Stanford, para citar apenas dois exemplos, têm hoje salários complementados pela indústria privada. As companhias farmacêuticas penetraram nos meios acadêmicos de excelência com sua estratégia de *Marketing 101*, recrutando os pesquisadores-chave no processo de formação de opinião, os *key opinion leaders* (KOL), que são convidados a integrar os comitês científicos consultivos e o quadro de conferencistas. Em troca, seu prestígio é usado para promover os produtos nos encontros científicos e nas conferências de educação médica continuada.

Carl Elliot, professor de Filosofia Moral da Universidade de Minnesota, observou que tais KOL estão, eles mesmos, convencidos de que são imparciais. Ressalta ainda que se compreendessem que estão sendo realmente usados como propagandistas da indústria, provavelmente se desligariam da mesma<sup>1</sup>. Entretanto, cabe considerar por que esses renomados pesquisadores não se dão conta disto? Será por um defeito de consciência,

uma ausência de percepção ética talvez decorrente de insuficiente sensibilidade sobre o assunto?

Essa questão é bastante complexa, podendo ser atribuída tanto a fatores individuais quanto sociais, pertinentes à própria formação profissional. No segundo caso, deve-se considerar que o envolvimento dos profissionais médicos com a indústria inicia-se quase que no momento em que os estudantes ingressam na faculdade de medicina, continuando, ininterruptamente, quando são residentes e, depois, profissionais. São as amostras grátis, as propagandas, as revistas, a colaboração para o diretório, as organizações dos encontros, simpósios, os jantares, que acabam por criar um vínculo entre o médico e a indústria. Essa aproximação ocorreria supostamente por cortesia e pelo interesse em servir à classe médica, investindo parte dos lucros da empresa à atualização e percolação da informação médica, formando uma parceria desinteressada entre o profissional e a indústria.

A ação da indústria sobre o médico comum se faz por meio da propaganda de seus produtos, em competição com os laboratórios concorrentes. Embora se constate essa massiva ação sobre os profissionais não há evidências de que a indústria tenha se apoderado da consciência médica e determine, inquestionavelmente, sua escolha. A seleção natural promovida pela experiência profissional, compartilhada pela classe desde as aulas nos ambulatórios e enfermarias até o exercício pleno da profissão, ainda parece ser o principal fator na definição sobre qual o melhor medicamento a

ser prescrito em tal ou qual situação para a grande maioria dos profissionais.

Se o tratamento está a cargo do médico e este se orienta na contínua interação com o seu paciente, sua busca de novas e promissoras alternativas a seu ato profissional o encaminha aos eventos de atualização, educação continuada, atualização científica e outros. Contudo, se tais recursos estão *contaminados* por interesses espúrios, o que fazer? Não há como desconsiderar os conflitos de interesse, levantados nessa discussão, e sua oposição à ética da pesquisa. A parceria entre a pesquisa acadêmica e a indústria, e o poder de corrupção gerado pelo lucro que esta põe à disposição dos *big shots*, pode gerar distorções no resultado final. Se a neutralidade científica de um autor ou equipe é questionada por conflito de interesse, a quem cabe julgar isso, já que as consciências envolvidas estão comprometidas?

A indústria, como instituição que opera no mercado, condiciona seu planejamento em pesquisa ao retorno do investimento, o que, em si mesmo, não é imoral. Porém, cooptar o pesquisador e, algumas vezes, buscar influir sobre sua conduta é imoral. Assim, recai sobre o pesquisador a decisão acerca da conduta a seguir diante desses dilemas, e somente a ética será a bússola que o orientará nesta questão. O problema final está em decidir se o autor de

uma pesquisa foi ético ou se na pesquisa existe um viés de comprometimento de seu interesse com a indústria que o patrocina.

O progresso das pesquisas médicas e da própria medicina depende da posição ética dos coordenadores dessas pesquisas, e não apenas dos resultados das mesmas, pois podem ser manipulados por interesses diversos. Resultados de significativo valor médico podem representar alto interesse econômico e serão disputado pela indústria como valor de mercado, assim como resultados medíocres podem ser igualmente manipulados para gerar lucros em pouco tempo.

De nada adiantará proibir jantares e outras facilidades oferecidas pela indústria aos médicos se a ética não governa as consciências destes. Como dito, ninguém nasce com a ética em seus genes. Ela terá de ser conquistada e é matéria de consciência, senão a própria. Penso que se o estudante de medicina internalizar a ética da profissão como imperativo categórico, a medicina continuará sendo um bem para todos. Isto deveria começar nos primeiros anos da faculdade, familiarizando-se o estudante com a ética nas relações com os colegas, nas tarefas acadêmicas, nas decisões a tomar no trabalho da residência, no exemplo dos mestres e na inclusão dessa matéria nos debates e apresentações de casos.

## Resumen

---

### **Ética, conciencia y compromiso en la investigación biomédica**

En este trabajo se discute la relación entre el interés personal y la investigación médica. La participación de investigadores en las investigaciones que podrán después revertir en inversiones de mercado, por intermedio de nuevos productos farmacéuticos y procedimientos, ha llamado la atención para la neutralidad de estas investigaciones. La participación de investigadores en los beneficios y en las acciones de las compañías, así como su financiamiento por las mismas para utilizar la credibilidad del investigador en el marketing científico, preocupa a las publicaciones científicas, a la comunidad académica y al público acerca de la validez de los resultados presentados y la confiabilidad de los productos lanzados. La forma como esta neutralidad debe de ser preservada, sin los sesos inevitables del interés, es una cuestión ética aún no debidamente examinada por los consejos de clase.

**Palabras-clave:** Ética. Conflicto de interés. Investigación médica.

## Abstract

---

### **Ethics, conscience and commitment in biomedical research**

The purpose of this article is to discuss the relationship between personal interests and the medical research. The presence of professionals in the research field conducting studies which later will be reverted into market investments through new pharmaceutical products and/or procedures, has called our attention particularly in reference to the neutrality this research. Research specialists' participation in the profits and stocks business, as well as how their financing resources use their credibility in the marketing of scientifically sound products, have been a source of preoccupation of the scientific journals, the academic community and the better educated public about the validity of the results presented and of the reliability of the pharmaceutical products. How such neutrality can be preserved without the inevitable downfalls of these interests is an ethical question, which has yet to be carefully examined by the agencies that regulate the medical profession.

**Key words:** Ethics. Conflict of interest. Medical research.

## Referências

---

1. Brownlee S. Doctors without borders: why you can't trust medical journals anymore. The Washington Monthly [online] 2004 Apr 04 [cited 2004 May 20]. Available from: URL:<http://www.washingtonmonthly.com/features/2004/0404.brownlee.html>.
2. Nemeroff CB, Owens MJ. Treatment of mood disorders. Nature Neuroscience 2002; 5(Supp):1068-70.
3. Petersen M. Undisclosed financial ties prompt reproof of doctor. New York Times [online] 2003 Aug 03 [cited 2005 May 20]. Available from: URL:<http://www.nytimes.com/2003/09/30/opinion/30TUE3.html?th=&pagewanted=print&position=>.
4. Carroll BJ, Rubin RT. Editorial policies on financial disclosure. Nature Neuroscience 2003;6:999-1000.
5. Nemeroff CB, Owens MJ. Reply to 'editorial policies on financial disclosure'. Nature Neuroscience 2003;6:1000-1.

6. Financial disclosure for review authors [editorial]. Nature Neuroscience 2003;6: 997.
7. Hall ZW. Book review "Science in the private interest: has the lure of profits corrupted biomedical research?". Nature Neuroscience 2003;6:1003.

#### **Contato**

---

Fernando Portela Câmara – *fp3camara@yahoo.com.br*